

1 Ao nono dia do mês de abril de 2021, reuniram-se, de forma virtual através do
2 Google Meet, os seguintes membros titulares, suplentes e convidados: **Bruno**
3 **Costa (representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária),**
4 **Elizabeth Schimidt (prefeita de Ponta Grossa); Cesar Augusto Ferreira**
5 **(representante suplente da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária),**
6 **Cláudio Grokoviski (representante da Secretaria da Fazenda), Darcy Miara**
7 **Júnior (segundo secretário), Gilmar Denck (Representante da ACIPG), Joel**
8 **Franzin (representante do SEBRAE), José Henrique Martins (representante**
9 **suplente do SEBRAE) José Loureiro (representante da Secretaria Municipal**
10 **de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional), José Vanilson Cordeiro**
11 **(Representante do Sindicato dos Empregados no Comércio), Leonardo**
12 **Puppi Bernardi (Presidente da Mesa Diretora), Marcos Gueibel (membro**
13 **convidado e coordenador da Câmara de Indústria e comércio exterior),**
14 **Priscilla Garbelini Jaronski (primeira secretária), Rafael Gustavo Mansani**
15 **(vice-presidente), Roberto Mongruel (Representante da ACIPG), Sandra**
16 **Mara Camargo Queiroz (Representante da Sociedade Rural), e Wilson**
17 **Souza de Oliveira (representante dos Veículos de Comunicação).** Dando
18 início a reunião o Sr. Presidente, Leonardo esclareceu que as atas de fevereiro
19 e março (das eleições) serão enviadas futuramente para aprovação, tendo em
20 vista que, pela ausência de assessoria administrativa, ainda não foram reduzidas
21 por escrito. Explanando sobre o primeiro tema da pauta, “Porto Seco”, o
22 Presidente passou a palavra para Wilson, que discorreu sobre o histórico do
23 Porto Seco e do processo da Master Cargas, candidata a exploração do Porto
24 Seco desde 2011. Explicou que o assunto do Porto Seco iniciou em 2001 e na
25 época o Delegado Fernando Saraiva indicou que fosse feito um estudo de
26 viabilidade, que foi custeado pela ACIPG. Na sequência o Delegado deu
27 despacho favorável e foi autorizada pela Superintendência de Curitiba a abertura
28 do edital de licitação, mas o edital ficou deserto, pois não teve interessado foi
29 feito. Em 2013 foi editada uma Medida Provisória criando a possibilidade da CLIA
30 – Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, um processo mais fácil que o Porto
31 Seco. A Medida Provisória, porém, caducou e nenhum procedimento foi
32 realizado em Ponta Grossa. A Master Cargas entrou com um pedido para
33 implantar um Porto Seco em São José dos Pinhais em 2013 e na sequência
34 pediu que o pleito fosse transferido para Ponta Grossa, mas o processo ficou
35 parado até então. No ano de 2020 alguns empresários solicitaram a retomada
36 desse assunto, tendo em vista a importância de um Porto Seco para as
37 empresas de ponta Grossa, pelo que foi consultado o atual Delegado da Receita
38 Federal Demétrius, que informou em uma reunião virtual sobre a situação atual
39 do processo. Nesta mesma ocasião foi informado pela Prefeitura que havia sido
40 doado em 2013 um terreno para a empresa Master Cargas promover a
41 instalação do Porto Seco. Contudo, o Sr. Wilson explicou que todo o processo
42 depositado na Receita Federal continha dados de São José dos Pinhais e não
43 de Ponta Grossa. Por essa razão, foi feita uma reunião com a Master Cargas
44 para sugerir que o estudo de viabilidade fosse atualizado com dados de Ponta
45 Grossa, mas a empresa se manifestou por manter o estudo de viabilidade
46 anterior, até que fosse divulgado uma decisão oficial por parte da Receita
47 Federal. No final do ano de 2020 venceu o prazo de doação do terreno doado

48 pela Prefeitura à Master Cargas e até o momento não há posição oficial da
49 Receita Federal. Foi questionado ao Delegado da Receita Federal sobre a
50 possibilidade de outra entidade realizar o novo estudo de viabilidade, sendo a
51 resposta positiva. Passou-se a palavra para a Sra. Prefeita Elizabeth que
52 sinalizou sobre a importância de um Porto seco para a cidade que vive pujante
53 industrialização. A Sra. Prefeita comentou que ainda não ouve a manifestação
54 oficial da Receita Federal a respeito do Porto Seco pela Master Cargas, que o
55 prazo para concessão do terreno já foi vencido no ano de 2020 e que na semana
56 passada fora procurada por outra empresa, a qual também demonstrou interesse
57 em instalar um Porto Seco em Ponta Grossa. Na sequência o Presidente
58 Leonardo Puppi explicou que deixou responsável no grupo do CDEPG para
59 tratar do assunto os conselheiros Marcos Gueibel, Wilson de Oliveira e Fábio
60 Lima. O conselheiro Joel do SEBRAE se manifestou no sentido de explicar sobre
61 a metodologia e o processo de elaboração do novo estudo de viabilidade para
62 implantação do Porto Seco, com dados locais e atualizados. A conselheira
63 Priscilla questionou então sobre a aceitação dos conselheiros quanto ao
64 SEBRAE elaborar um orçamento e projeto para o estudo de caso em questão,
65 pelo que foi colocado em votação pelo Presidente Leonardo. Não havendo
66 manifestação contrária, considerou-se aceito pelos conselheiros. A conselheira
67 Priscilla comentou ainda sobre a necessidade de cobrança da resposta oficial
68 por parte da Receita Federal, e se esta cobrança poderia ser feita por meio do
69 CDEPG, sendo respondido pela Sra. Prefeita Elizabeth que o mais indicado seria
70 a Prefeitura cobrar essa resposta oficial, ficando definido que a Prefeitura irá
71 encaminhar ainda neste mês de abril um ofício à receita Federal solicitando essa
72 resposta oficial e, que a partir e dependendo desta, será tomado o procedimento
73 quanto à retomada do terreno por parte da Prefeitura. O conselheiro Fábio lima
74 confirmou o vencimento do prazo de doação do terreno à empresa Master
75 Cargas no final do ano de 2020. Concluído este assunto, passou-se para o
76 segundo assunto da pauta, sobre o transporte coletivo. O Presidente Leonardo
77 explicou que como primeiro tema deste assunto havido sido definido pela
78 diretoria do CDPEG para a pauta a discussão do retorno do transporte coletivo,
79 assunto este que já foi superado em razão do retorno do mesmo na última
80 segunda-feira, dia 09. Comentou que não obstante o decreto determinasse o
81 retorno do transporte coletivo este não ocorreu em vista da greve deflagrada pela
82 categoria. Na sequência comentou sobre a necessidade de reativar e
83 reorganizar o Conselho Municipal de Transporte para deixá-lo deliberativo
84 novamente e não somente consultivo. A Sra Prefeita informou que o Conselho
85 já estava sendo reformulado, informação que foi confirmada pelo conselheiro
86 Cláudio. A palavra foi passada ao conselheiro Douglas que teceu algumas
87 considerações a respeito da administração da empresa Viação Campos Gerais,
88 comentou que na planilha de custos definida em contrato já há a previsão do
89 custo para o desligamento de funcionário, o que justificaria o desligamento dos
90 cobradores sem que isso onerasse a empresa. Comentou ainda a respeito das
91 diversas gratuidades existentes, em especial as baseadas em critérios etários,
92 os quais são distintos às novas regras previdenciárias e que tal gratuidade onera
93 o preço da passagem do usuário pagante, já que este paga pelos que não
94 custeiam o transporte coletivo. Na sequência o conselheiro Wilson considerou

95 que os vales-transportes já foram pagos no começo do mês de março pelas
96 empresas à VCG e que a mesma ficou sem ter despesa durante o período de
97 suspensão do transporte público pelo decreto, não justificando, portanto, a falta
98 de pagamento dos colaboradores pela empresa VCG. A conselheira Priscilla
99 considerou que à época da apresentação de um projeto de lei pelo vereador
100 Pietro a respeito da demissão dos cobradores, foram realizadas reuniões com a
101 VCG que sinalizou uma política para essa ação, compreendida num Plano de
102 Demissão Voluntária, mais a recolocação dos cobradores que não aderissem ao
103 PDV como motorista, haja vista à grande rotatividade de trabalhadores que havia
104 na empresa. Concluiu dizendo que, falando em nome da Casa da Indústria,
105 manifestava-se pela exclusão total das gratuidades até que ao menos se atinja
106 a bandeira amarela de contaminação da Covid-19 e pela modernização do
107 sistema de transporte coletivo, com o desligamento dos cobradores. O
108 conselheiro Claudio informou que o retorno do transporte coletivo com exclusão
109 de gratuidades foi avaliado pela Prefeitura, mas que foi superada a ideia, em
110 razão da campanha de imunização da Covid-19 estar vacinando justamente o
111 grupo usuários abarcados pela gratuidade, maiores de 66 anos de idade nesta
112 semana. Contudo ficou definido que o tema gratuidade é de máxima relevância
113 e, portanto, deve voltar a ser discutido futuramente, em especial nas regras do
114 próximo contrato de concessão. O conselheiro Wilson reforçou que as
115 gratuidades deveriam ser orçamentárias, que hoje as gratuidades representam
116 cerca de 22% do custo do transporte e os cobradores cerca de 18%. Que o custo
117 da gratuidade deveria ter previsão contratual e paga pela prefeitura, de forma
118 que os vereadores não possam alterar, pois geraria despesa direta para o
119 executivo. Não se falaria, portanto de subsídio, mas sim em previsão
120 orçamentaria. Passada a palavra para o Presidente Leonardo este informou que
121 a Câmara Técnica de Mobilidade Urbana criada em 19/02/2020 foi constituída
122 com a indicação das seguintes entidades: AMTT, Secretaria de planejamento,
123 Associação dos Engenheiros, FIEP, ACIPG, APADEF, UEPG, UNOPAR,
124 UNICESUMAR e CESCAGE, com uma cadeira para cada entidade. Sugeriu a
125 alteração do nome da Câmara Técnica de Mobilidade Urbana para Câmara
126 Técnica de Transporte Coletivo, pelo que foi colocado em votação e aceito por
127 todos os conselheiros, por unanimidade. Na sequência foi colocado em votação
128 a inclusão da AUTRANS, VCG e IAPÓ. A conselheira Priscilla pediu a palavra e
129 disse que o ideal era trocar a IAPÓ por um representante das empresas de
130 transporte particulares de Ponta Grossa. Na sequência o conselheiro José
131 Vanilson sugeriu que incluísse o sindicato dos trabalhadores no transporte como
132 membro. Colocado em votação a prefeita Elizabeth pediu a palavra e alertou
133 sobre o fato de que a inclusão dos novos membros possibilitaria o acesso de
134 informações privilegiadas destas empresas, já que a referida Câmara discutiria
135 questões do novo contrato de concessão. Colocado em votação, todos os
136 conselheiros decidiram em manter a composição original da Câmara, sem
137 nenhuma inclusão. Passada a palavra para o Presidente Leonardo ele
138 esclareceu que dariam início aos trabalhos da Câmara Técnica de Transportes
139 e que seu papel seria discutir o novo contrato de concessão de transportes. Na
140 sequência passou-se para o último assunto da pauta que trata da organização
141 administrativa do CDEPG. O conselheiro Claudio prestou informações a respeito

142 do Fundo. Na sequência o Presidente Leonardo compartilhou com todos a
143 necessidade do apoio técnico. O conselheiro José Loureiro esclareceu sobre a
144 possibilidade de destacar a Sra. Michele, da SMICQP, que estava emprestada
145 para a Junta Comercial da ACIPG para realizar as atas. Na sequência a Prefeita
146 Elizabeth disse que iria verificar uma pessoa para que pudesse prestar os
147 auxílios administrativos necessários ao CDEPG o mais breve possível. Por fim,
148 aberta a palavra para as considerações finais o conselheiro Roberto Mongruel
149 questionou sobre o papel do CDEPG quanto as questões do transporte coletivo,
150 em especial do contrato atual e dos problemas relativos à ele. A conselheira
151 Priscilla Informou que o CDEPG não teria condições de interferir no processo
152 atual, uma vez que a questão se encontrava judicializada, dependendo das
153 determinações judiciais. A prefeita Elizabeth concluiu que todas as tratativas
154 estavam sendo tomadas e que uma vez judicializado o processo teria que se
155 aguardar a determinação para dar sequência no processo de negociação com a
156 VCG. Nada mais sendo dito, finalizando a reunião, presidente Leonardo
157 agradeceu a presença dos conselheiros e convidados. Sem mais assuntos para
158 tratar, encerrou-se a reunião e eu, Priscilla Garbelini, encerro a presente ATA,
159 que será lavrada por mim e demais presentes.